



MUNICÍPIO DE CUBA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 84

21-12-2016

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a octogésima quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas. -----

Faltou a esta reunião a vereadora Sandra Maria Guerreiro Braz, por se encontrar em gozo de férias. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016: € 633 081.33 -----

ORDEM DO DIA: -----

1. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a requerimento do Sporting Clube de Cuba, autoriza a emissão de licença especial de ruído para a realização de um Baile, no dia 16 de dezembro, no horário compreendido entre as 22,00 horas e as 04,00

horas do dia seguinte, no edifício da Antiga Casa do Povo, em Cuba, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, assim como deverá solicitar as respectivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

No mesmo despacho isenta a coletividade do pagamento das taxas devidas com a emissão da licença cujo valor é de € 16,87. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a requerimento da Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, autoriza a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma sessão de música ao vivo, no dia 17 de dezembro, no horário compreendido entre as 22,00 horas e as 02,00 horas do dia seguinte, na Taberna do Arrufa, em Cuba, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, assim como deverá solicitar as respectivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma sessão de música ao vivo, no dia 25 de dezembro, no horário compreendido entre as 1,00 horas e as 04,00 horas do dia seguinte, na Taberna do Arrufa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 219/2016, da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, deliberou conceder a licença especial de ruído até às 04,00 horas horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respectivas licenças que deverão ser emitidas por

outras entidades que não o Município. -----

4. CENÁRIOAGOSTO, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO. –

Solicita a empresa Cenárioagosto Unipessoal, Lda, a emissão de licenças especiais de ruído para a realização de duas Festas com música ao vivo, do dia 17 ao dia 18 e do dia 24 ao dia 25 de dezembro de 2016, das 20,00 horas às 04,00 horas, nas duas situações, no seu estabelecimento denominado Adega da Lua, sito na Travessa das Francas, n.º 1, em Cuba. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído para a realização da sessão de música ao vivo, no dia 17 de dezembro, no horário compreendido entre as 22,00 horas e as 02,00 horas do dia seguinte, na Adega da Lua, em Cuba, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, assim como deverá solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Relativamente ao pedido para o período de 24 a 25 de dezembro, a Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 220/2016, da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, deliberou conceder a licença especial de ruído até às 04,00 horas horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

5. DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE VISTORIA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara um despacho do Sr. Presidente, cujo teor se transcreve: -----

DESPACHO -----

“João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atendendo a que: -----

1.º Nos termos do Regulamento de Organização de Funcionamento dos Serviços do Município de Cuba compete à Unidade Ambiente, Ordenamento e Urbanismo assegurar o funcionamento da Comissão de Vistorias prevista no Regime Jurídico da Urbanização

e Edificação (RJUE), aprovado pelo Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Dec-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro; -----

2.º O RJUE confere à Câmara Municipal a competência para designar os membros da Comissão de Vistorias para efeitos de: -----

i) - Emissão de autorização de utilização de prédio ou suas frações, nos termos do art.º 65.º, n.º 2; -----

ii) - Avaliação do estado de conservação dos edifícios nos termos do art.º 90.º; -----

iii) - Receção provisória e definitiva de obras de urbanização, nos termos do art.º 87.º, n.º 2; -----

iv) - Recolha de prova de factos que pela sua natureza ou especial complexidade, impliquem uma apreciação valorativa de carácter pericial sobre quaisquer operações urbanísticas, nos termos dos artigos 96.º e 90.º; -----

3.º Existe a necessidade de realizar uma vistoria no próximo dia 19 de dezembro de 2016, no âmbito de um pedido de verificação de condições de salubridade e, por conseguinte, os técnicos que integram a comissão têm de estar nomeados para o efeito;

4.º A data da vistoria não permite a marcação de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal para decidir sobre o assunto e que, por isso a decisão reveste carácter de urgência; -----

Determino: -----

a) - Aprovar a constituição da Comissão de Vistorias, que será integrada pelos seguintes técnicos: -----

- Arq.º Helder Manuel Caseiro, -----

- Eng.º Élio Amador Bernardino, -----

- Fiscal António Francisco Cabaça Beçudo. -----

a.1) - Serão convidados a integrar a aludida Comissão a Autoridade de Saúde Concelhia e/ou o representante dos Bombeiros sempre que a lei o determine, ou a situação assim o justifique. -----

b) - A presente comissão desempenhará funções até ao final do atual mandato autárquico, em outubro de 2017. -----

c) - O presente despacho deve ser submetido à próxima reunião para ratificação. -----

Paços do Município de Cuba, aos 13 dias do mês de dezembro de 2016. -----

O Presidente da Câmara, -----

Dr. João Manuel Casaca Português. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. ALTERAÇÃO N.º 11 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2016.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 63/2016, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec. Lei n.º 54-A/99), a modificação n.º 11 ao orçamento e às GOP'S.

Na alteração n.º 11 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com prémios, condecorações e ofertas, encargos de cobrança, impostos e taxas, outras despesas correntes – outras (coimas), comunicações, alimentação-géneros para confeccionar, aquisição de água, encargos das instalações (eletricidade), outros trabalhos especializados, material de escritório, transportes e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal foram feitos alguns ajustamentos. A nível da receita o orçamento sofreu um reforço, em virtude das candidaturas aprovadas relativas à “Casa Fialho de Almeida” e à “Modernização e Capacitação da ad. Pública”. Também foram reforçadas verbas respeitantes ao protocolo celebrado com o Turismo do Alentejo.

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2016/11 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com o procedimento relacionado a interligação municipal – ligação fibra ótica entre edifícios;

02 251 2009/3 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com o 3º auto da empreitada da Casa Fialho de Almeida;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2011/5002 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o jantar de natal dos funcionários;

02 211 2007/5004 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com consumíveis e comunicações da CPCJ;

02 245 2002/5028- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com novos compromissos;

02 251 2016/5006 ação 1 - O reforço ocorreu para fazer face à retificação despesa relacionada com o protocolo celebrado com o Turismo do Alentejo;

02 252 2002/5041 ações 1 e 5 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a corrida São Silvestre.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista deliberou aprovar a alteração n.º 11 ao Orçamento e GOP's para 2016.

7. REUNIÕES ORDINÁRIAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL NO ANO DE 2017. LOCAIS, DATAS E HORAS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 43/2016 com uma proposta de calendarização das reuniões da Câmara durante o ano de 2017.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

Ao abrigo da alínea do n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

determinar que no ano civil de 2017 as reuniões de Câmara tenham lugar em sintonia com as seguintes regras: -----

a) – As mesmas terão lugar no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município; -----

b) – O horário das reuniões é estabelecido para as 09h 30 m do dia agendado; -----

c) – As reuniões realizar-se-ão com uma periodicidade quinzenal, sendo a quarta-feira do dia da semana em que as mesmas ocorrerão, com a seguinte calendarização: -----

c.1) janeiro : 04 e 18; fevereiro: 03 e 17; março: 02, 16 e 30; abril: 13 e 27; maio: 11 e 25; junho: 08 e 22; julho: 06 e 20; agosto: 03, 17 e 31; setembro: 14 e 28; outubro: 12 e 26; novembro: 09 e 23; dezembro: 07 e 21. -----

d) – Ao abrigo do art.º 49.º n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a última reunião de cada mês é pública, existindo nelas um período para intervenção e esclarecimento do público com o limite máximo de 60 minutos; -----

e) – A presente deliberação deve ser publicitada por edital e deve constar em permanência no sítio da Internet do Município de Cuba. -----

8. RAQUEL SOFIA FITAS LEÃO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA O ANO DE 2016/2017". -----

Solicita a Sr.ª Raquel Sofia Fitas Leão, a aceitação extemporânea da sua candidatura ao concurso para atribuição de Bolsa de Estudo para o ano de 2016/2017, dado que reúne as condições para o efeito, mas só agora tomou conhecimento dos prazos para concorrer. -----

De acordo com a Informação n.º 222/2016, da Subunidade Administrativa, o prazo para aceitação de candidaturas decorreu até ao pretérito dia 31 de outubro, conforme deliberação de Câmara de 28 de setembro de 2016, tomada nos termos constantes do art.º 2.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior. -----

Assim, tratando-se de uma situação que não tem enquadramento na referida Postura Municipal compete à Câmara pronunciar-se sobre a mesma, ao abrigo do disposto no n.º 6 art.º 9.º, do referido documento, designadamente: *"Todas as situações não previstas neste Regulamento serão analisadas e decididas pela Câmara Municipal."* -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que a candidata cumpre os requisitos constantes do Regulamento, deliberou atender a pretensão, aceitando a candidatura. --

9. ANA MARIA PIRES JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS EM ATRASO, SEM AGRAVAMENTO. -----

Solicita a Sr.ª Ana Maria Pires Janeiro, alegando razões de ordem económica, que lhe seja retirado o agravamento das rendas dos meses de setembro e dezembro de 2016, de forma a permitir-lhe proceder ao pagamento das mesmas no próximo mês. -----

A Câmara, por unanimidade, consciente da excepcionalidade da decisão, deliberou aceitar o pedido da requerente devendo a mesma liquidar as rendas em atraso durante o próximo mês de janeiro de 2017, esgotando aí um dos três perdões de agravamento

anuais, a que tem direito. -----

10. LEÃO PALMA – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA. PEDIDO DE EMISSÃO DE DOCUMENTO PARA CANCELAMENTO DE HIPOTECA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 79/2016, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Leão Palma – Gestão Imobiliária, Lda, a emissão de documento para cancelamento da hipoteca sobre o lote 11 do Loteamento das Courelas da Igreja, em Cuba, de que é promotora, porquanto, em cumprimento do deliberado pelo órgão executivo em sua reunião ordinária de 07/12/2016, já efetuou depósito caução a favor do Município de Cuba, no valor de € 15.164,09, o qual constitui a caução prestada para garantia das obras de urbanização desse loteamento, conforme se constata do documento emitido pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, C.R.L., em 15/12/2016. -----

Mais veio, hoje, o gerente da identificada sociedade solicitar a máxima urgência na emissão do documento de cancelamento da hipoteca, uma vez que o lote em questão está em vias de ser alienado. -----

Nesta conformidade, tendo sido constituído depósito caução que assegura a garantia devida para efeito da operação de loteamento referida, pode agora ser deliberada a renúncia à hipoteca sobre o lote 11, nos termos do art.º 731.º do Código Civil, e emitido o respetivo documento destinado ao seu cancelamento, cuja minuta se anexa. -----

Estipula o art.º 56.º do Código do Registo Predial que o cancelamento do registo de hipoteca é feito com base em documento do qual conste o consentimento do credor devendo esse documento conter a assinatura reconhecida presencialmente, salvo se for feita perante funcionário do serviço de registo no momento do pedido, estando este documento sujeito a depósito eletrónico. -----

Sobre esta temática do reconhecimento de assinaturas, foi emitido, em 17/03/1994, despacho do diretor-Geral do Instituto dos Registos e do Notariado de concordância com as conclusões vertidas na informação proferida pela notária requisitada Olga Maria Barreto Gomes, no sentido de que *“Para o efeito do disposto no nº 2 do artigo 47º do Código do Registo Predial é suficiente a autenticação da assinatura do Presidente da Câmara com o respetivo selo branco, uma vez que, nestas condições, o documento é autêntico, nos termos do nº 1 do artigo 370º do Código Civil”*. -----

Ora, possuindo idêntico teor ao do artigo referido o nº 2 do art.º 56.º do Código do Registo Predial, semelhante entendimento deve ser utilizado na presente situação. -----

Assim, o documento a emitir pelo Município deve ser assinado pelo Sr. Presidente e autenticado com o selo branco em uso na autarquia, ficando desta forma apto a ser feito o seu depósito eletrónico. -----

Por último, tendo sido invocada urgência na deliberação, pode o Sr. Presidente, ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, decidir sobre esta questão, através da renúncia à hipoteca do lote 11 e

emissão do respetivo documento para o seu cancelamento, e submeter este ato a ratificação do órgão executivo na sua próxima reunião ordinária. -----

Foi igualmente presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere a emissão do documento para cancelamento da hipoteca. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

11. EMPREITADA DA CASA FIALHO DE ALMEIDA. ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE ARQUITETURA. -----

Foi presente à Câmara a Informação s/n.º do Serviço de Obras Municipais, cujo teor se transcreve: -----

"As peças desenhadas anexas referem-se aos projectos de especialidades correspondentes às respectivas alterações do projecto de Arquitectura, já aprovado em reunião de Câmara Municipal de Cuba anterior. A solução apresentada decorre das respectivas contingências provocadas pelos trabalhos de Arqueologia, desenvolvidos e acompanhados pela equipa de Arqueólogos, DRCALEN e dono de obra, devidamente registados. -----

Alerta-se o dono de obra, Câmara Municipal de Cuba, que a aprovação deste projecto de alterações nesta fase de execução da empreitada, tem sempre custos acrescidos em trabalhos previstos e trabalhos não previstos no que respeita ao processo anteriormente patenteado a concurso e respectivo contrato de empreitada. -----

A solução de alterações ao projecto patenteado, desenvolvida pelo Sr. Arquitecto, mereceu a nossa aprovação, porque consegue compatibilizar o museu etnográfico integrando todas as peças existentes, registadas pela especialidade de Arqueologia, para integrar no espaço museológico. -----

Apenas após a aprovação da presente alteração, estes novos elementos de projecto, devem ser remetidos ao Adjudicatário, para apresentação da sua proposta de acordo com os objectivos pretendidos." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as alterações ao projeto de arquitetura, nos termos propostos. -----

12. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS COBERTURAS DA ESCOLA BÁSICA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA; APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO. PROPOSTA DE INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 44/2016, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

“Como é de conhecimento da estrutura executiva, no passado dia 20 de outubro de 2016, em reunião de Câmara extraordinária, atenta a informação n.º 31/2016 do Chefe da Unidade de AJDCS, para a qual se remete, a Câmara Municipal deliberou proceder à abertura do concurso público da empreitada de Requalificação das Coberturas da Escola Básica Fialho de Almeida, em Cuba. -----

A intervenção proposta está inscrita no Orçamento Municipal de 2016, mediante verba a transferir pelo Ministério da Educação, conforme protocolo atempada outorgado entre as partes, documento que também foi aprovado pelo Executivo Camarário. -----

Regista-se agora que a adjudicação, com IVA incluído, vai ficar aquém do valor estimado, já que propõe-se deliberação de adjudicação a uma proposta de 157.234,00€ (cento e cinquenta e sete mil cento e duzentos e trinta e quatro euros), a que acresce o IVA à taxa legal de 6%, no montante de € 9.434,04 (nove mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quatro centimos), o que totaliza o valor de € 166.668,04 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito euros e quatro centimos). -----

É no entanto importante salientar que em deslocação ao local com o acompanhamento do Diretor do Agrupamento, do Executivo Camarário e dos nossos técnicos foram detetadas algumas patologias no edifício em consequência da anomalia do telhado que não foram consideradas no mapa de quantidades posto a concurso, que em nossa opinião deverão ser salvaguardadas em sede de trabalhos a mais. -----

Na sequência do procedimento concursal, em 24 de novembro de 2016, foi elaborado o Relatório Preliminar, vide Anexo - e nessa mesma data colocado na plataforma ACINGOV para, em cumprimento do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, e em conformidade com as regras insertas no n.º 1 do art.º 123.º do mesmo diploma, ser tal projeto de decisão do conhecimento de todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia, para que estes, no prazo de cinco dias úteis, contados do dia imediatamente a seguir à publicitação deste relatório na plataforma dos contratos públicos, se pudessem pronunciar por escrito sobre o teor. -----

Esse prazo viria a terminar a 02 de dezembro de 2016, tendo dentro desse período apresentado alegações o concorrente classificado em 2.º lugar no projeto de decisão – Ruce – Requalificação Urbana, Construção e Engenharia, Lda., bem assim como o candidato sobre o qual se propunha a exclusão. -----

As alegações viriam a ser detalhadamente apreciadas pelo júri, constando o teor das conclusões a que se chegou no Relatório Final Inicial - em anexo, que por prever a alteração da ordenação final dos candidatos foi submetido a uma segunda audiência dos interessados. -----

Essa segunda audiência dos interessados terminou no passado dia 15 de dezembro, tendo apresentado alegações o concorrente SOTECNISOL, Coberturas e Fachadas, Lda. Essas mesmas considerações foram analisadas pelo júri, e apresenta-se agora o Relatório Final Definitivo para aprovação por parte do dono de obra. -----

Como é consabido, esta empreitada deve ser adjudicada o quanto antes para que se possa aproveitar as férias escolares para início dos trabalhos mais pertinentes. -----

Termos em que, somos a concluir: -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de se substituir à Câmara na prática de atos urgentes da competência desta, quando não seja possível reunir extraordinariamente aquele órgão municipal, deve a presente informação ser apreciada, para que sobre ela possa ser proferido despacho contendo o seguinte: -----

1.º - Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente CPW Engenharia, Lda., ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri delibera propor ao dono de obra que a Empreitada de Requalificação das Coberturas da Escola Básica Fialho de Almeida, em Cuba, lhe seja adjudicada ao abrigo do art.º 73.º e seguintes do CCP pela quantia 157.234,00€ (cento e cinquenta e sete mil cento e duzentos e trinta e quatro euros), a que acresce o IVA à taxa legal de 6%, no montante de € 9.434,04 (nove mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quatro centimos), o que totaliza o valor de € 166.668,04 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito euros e quatro centimos). -----

2.º - Para o efeito, registar que em anexo ao despacho de adjudicação, junta-se a informação de cabimento n.º 21993, ficha de compromisso n.º 25842 e ficha de fundos disponíveis n.º 25842, em conformidade com as normas legais aplicáveis, nomeadamente, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação actual; -----

3.º - Caução: Face ao valor da adjudicação, 157.234,00€ (cento e cinquenta e sete mil cento e duzentos e trinta e quatro euros), a que acresce o IVA à taxa legal de 6%, no montante de € 9.434,04 (nove mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quatro centimos), o que totaliza o valor de € 166.668,04 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito euros e quatro centimos), em conformidade com o artigo 88.º n.º 2 do CCP, constata-se que não é exigível caução, razão pelo qual a entidade adjudicante deve optar pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar por uma questão de celeridade processual, face ao compromissos assumidos com o Inalentejo, sem prejuízo de, querendo, a qualquer momento o empreiteiro solicitar a substituição da atual modalidade pela prestação de caução; -----

4.º - Contrato Escrito: Ao abrigo do art. 94.º do CCP o contrato da empreitada está sujeito à forma escrita não existindo razões de facto ou de direito para invocar a sua inexigibilidade ou dispensa de redução a escrito. Nestes termos, e uma vez que não é exigível a prestação de caução, a minuta do contrato é aprovada pela entidade competente para a decisão de contratar conjuntamente com a decisão de adjudicar, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP; -----

5.º - Ao abrigo do art. 73.º do CCP, deverá proceder-se, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do mesmo diploma, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário, bem como da minuta do contrato do contrato para aceitação ao abrigo do art.º 101.º do mesmo diploma e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do Relatório Final; -----

6.º - Para cumprimento da totalidade das normas legais em vigor, designadamente o n.º 2 do art. 77.º do CCP, o adjudicatário deverá igualmente ser notificado para: -----

– Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art. 81.º do CCP e pronunciar-se sobre a minuta do contrato nos termos e nos prazos previstos nos artigos 100.º e 101.º, ambos do CCP. -----

7.º - Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve o despacho que venha a agora a ser proferido ao abrigo do n.º 3 do mesmo art.º 35, ser remetido a reunião da câmara municipal que terá lugar no próximo 21 dezembro de 2016, para que nela possa ser deliberado, ratificar o despacho de adjudicação da Empreitada de Requalificação das Coberturas da Escola Básica Fialho de Almeida, em Cuba.” -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente de adjudicação da Empreitada de Requalificação das Coberturas da Escola Básica Fialho de Almeida, em Cuba, nos termos propostos na referida informação. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

13. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ROCHA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DA PISTA DE GALGOS. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Rocha, a cedência da Pista de Galgos, a título gratuito, para o próximo dia 7 de janeiro de 2017, para realização do “Coursing das Janeiras”, bem com a emissão de licença especial de ruído das 9,00 horas às 17,00 horas e a isenção de pagamento das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 223/2016, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Tomar conhecimento da cedência da Pista de Galgos, dado que, sendo de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, competência da Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, foi a mesma delegada no Presidente da Câmara. -----

b) De acordo com o nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, conceder a licença especial de ruído, entre as 9,00 e as 17,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a sua prevenção e redução. -----

c) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 16,87 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

d) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

14. PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO DE CICLISMO DE CUBA. RESCISÃO. -----

Foi apresentada à Câmara a Informação n.º 21/2016, da Subunidade de Ação Desportiva propondo a rescisão do protocolo celebrado com o Centro de Ciclismo de Cuba para 2016, em virtude de não ter existido atividade por parte da Associação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou rescindir o Protocolo, nos termos do n.º 7, uma vez que o Centro de Ciclismo não realizou nenhuma das atividades prevista. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: --

"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,50 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador técnico,

